

LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA DE FREI BETTO PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DOS FRADES DOMINICANOS NA DITADURA DO BRASIL (1960-1980)

DANYELE NAYARA SANTOS DIAS*

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar o projeto de Iniciação Científica apoiado pela FAPEMIG, intitulado: “*A construção da memória da militância política de religiosos e a Ditadura Militar na Literatura de Frei Betto (1960 – 1980)*”. Por tanto, ao longo do texto, é traçado os caminhos iniciais da referente pesquisa. Colocamos o objetivo geral que é analisar a construção da memória dos dominicanos pertencentes à esquerda durante a ditadura brasileira nas décadas de 1960 e 1980. Enfocamos que a pesquisa se insere no âmbito da História Cultural e é de caráter interdisciplinar, pois enfoca a relação História e Literatura. Discorremos sobre um aspecto relevante que é o estudo da memória. Ademais, na iniciação científica, utilizaremos como fonte principal o livro *Batismo de Sangue* de Frei Betto, nas edições de (1982) e (2006), além de outros livros do autor que retratam o tema analisado.

Introdução

“Em História, quando ainda se desenrolam os enfrentamentos nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas da memória”.(FILHO, 2006, p. 82)

Em meados da década de 1970, quando o quarto general-presidente da ditadura civil-militar,¹ Ernesto Geisel, deu início ao seu projeto de distensão lenta, gradual e segura, e ao longo dos anos 1980 no processo em que ia se concretizando a abertura política para a democracia, a sociedade brasileira deu início a sucessivas reconstruções da memória sobre o golpe de 1964.

*Universidade Estadual de Montes Claros. Acadêmica de História e Bolsista FAPEMIG. Orientação: Prof. Dr. Francino Oliveira Silva.

¹O termo “ditadura civil-militar” em detrimento de “ditadura militar” tem sido defendido por historiadores renomados nestes estudos como Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg que alegam a participação de setores da sociedade civil neste período tanto na implantação do regime, quanto, e mais importante, na criação de um consenso e consentimento. Para eles, a longa permanência da ditadura no Brasil foi garantida pela sociedade civil.

Nesta perspectiva, de acordo com a historiadora Denise Rollemberg, a partir da década de 1970, e, sobretudo ao longo dos anos de 1980, surgiram inúmeras memórias, biografias e autobiografias sobre a luta armada escritas por ex-militantes ou por jornalistas contemporâneos. É neste momento que o estudo do tema também desperta o interesse de historiadores e sociólogos, a princípio dos que haviam sido militantes, e, em seguida de outros pesquisadores de uma geração posterior que não tinham uma relação direta com a experiência de uma ditadura civil-militar. Ela observa que: “Assim a luta armada tornou-se objeto de pesquisa” (ROLLEMBERG, 2003, p. 45).

A partir deste período e na década de 1990 é que documentos de organizações que pensaram e fizeram a luta armada, de setores da igreja, acervos particulares, bem como os próprios órgãos de repressão e mais à frente produções cinematográficas, começaram a fazer com que essas memórias se tornassem acessíveis ao público. Da mesma forma a realização de entrevistas possibilitaram a legitimação da história oral como instrumento teórico metodológico, uma vez que entrevistas e depoimentos enriqueceriam a investigação do tema que estava em pleno “boom”.

Entretanto, o que aqui nos importa é perceber que a partir do período já mencionado, a memória recente do país era construída ao mesmo tempo em que o país vivia o desafio de construir a democracia. Assim, sustentamos que é importante destacar que são as esquerdas que através de suas memórias, enfatizam sua resistência e a ideia de que aquele momento histórico fora ocasionado unicamente pelos militares apoiados pelo imperialismo norte-americano. Daí se falar sobre *golpe militar*, *ditadura militar* ou *regime militar brasileiro*, excluindo a possibilidade da participação de setores civis. Não obstante, consideramos que houve sim, a participação civil no período da ditadura, e que este apoio e os movimentos de direita, foram a base social de sustento e legitimação da ditadura, bem como contribuíram para a criação de um consenso e consentimento da sociedade civil. Outro fator para legitimação da ditadura no Brasil seria a ideia de que os militares instalariam uma suposta democracia a fim de salvar o Brasil do perigo comunista. Sobre este aspecto, Maria José de Resende nos auxilia ao apontar que:

O empenho da ditadura militar, durante toda a sua vigência, para demonstrar que suas ações, medidas, atos e desígnios se consubstanciavam em um determinado sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia, se constitui em um dos pilares de sua pretensão de legitimidade. (REZENDE, 2001, p. 1)

Neste texto, sob a ótica dos “oprimidos pelo regime militar” pertencentes à esquerda², partiremos do local de fala de quem resiste a este “regime opressor”, percebendo que para eles a memória da sociedade tendeu a adquirir uma estrutura que opusesse binariamente, de um lado “as trevas da ditadura” e de outro, “as luzes da democracia” (CORDEIRO apud REIS, 2009. p. 20)

É a própria esquerda que reconstruirá sua memória e luta. Mesmo considerando a possibilidade de uma participação civil, bem como sua importância para a legitimação de 21 anos de ditadura no Brasil, sabemos que o combate às organizações de esquerda esteve presente desde o momento inicial do golpe, como uma base de sustentação ideológica para o regime que iria se instaurar.

É nesta perspectiva que se integra nosso trabalho. Uma pesquisa em andamento apoiada pela FAPEMIG que se intitula: “*A construção da memória da militância política de religiosos e a Ditadura Militar na Literatura de Frei Betto (1960 – 1980)*”. Posto isso, pretendemos analisar a construção da memória da militância política de um grupo bastante peculiar neste período: os frades da ordem religiosa dos dominicanos. Neste texto traçaremos os caminhos iniciais aos quais a pesquisa irá decorrer.

O autor Frei Betto e a sua produção Literária sobre a ditadura: Eixos da pesquisa

Após mais de 40 anos da tomada de poder no Brasil pelos militares em 1964, contando com a participação de muitos pesquisadores, artigos foram publicados em jornais e revistas da grande imprensa, filmes foram produzidos e o público leitor teve ao seu alcance biografias, memórias, narrativas de experiências pessoais diversas, livros analisando o golpe e suas características, bem como o significado político do governo militar para o Brasil. Em 2004, datando exatos 40 anos da instauração do golpe militar, vários eventos significativos ocorreram nas universidades no Brasil e nos EUA, e muitas interpretações sobre o golpe foram dadas a conhecer ao público.³

²Entende-se aqui a noção “esquerda” pela perspectiva de Norberto Bobbio, que define a questão da igualdade como critério analítico do posicionamento acerca da validade da distinção entre direita e esquerda, e onde a esquerda faz um juízo positivo do ideal da igualdade social, oposto à direita.

³Ver mais em: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0(1981) São Paulo: EDUC, 1981.

Neste contexto, em relação à participação da ordem dominicana na ditadura, quem escreve e conta a sua versão sobre a militância deste grupo é também um frade dominicano, autor e jornalista, Carlos Alberto Libânio Christo - o Frei Betto, que nasceu na cidade de Belo Horizonte em 1944. Filho de jornalista e escritora culinária, desde cedo, tomou gosto pela escrita. Dominicano, participou da militância política junto com a ALN⁴. Com o seu livro *Batismo de Sangue* (1982), ganha o prêmio Jabuti, o principal prêmio literário do Brasil.

Desta maneira, foi fundamental discorrer brevemente sobre a memória da ditadura militar e sua emergência, para chegarmos assim ao nosso objeto de pesquisa: o autor Frei Betto que utiliza de sua literatura para contar sobre a memória da participação de um grupo religioso, mais especificamente católico, problematizando em sua escrita os embates entre religião e política, bem como a possibilidade de uma ação política e revolucionária.

Evocando ainda a autora Rollemberg, é interessante chamar atenção para o fato de que é impossível falar em luta armada sem referir-se a livros que desenvolveram pesquisas a respeito. Ela menciona o livro que foi escrito por um ex-militante político deste período: Jacob Gorender em seu *Combate nas Trevas* (1987). O autor era antigo militante do PCB⁵, que rompeu com o partido para criar o PCBR - *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*. Ele, historiador, fez uma investigação pioneira sobre a luta armada, na qual se verifica testemunhos de quem dela participou.

Como historiador, não buscou uma suposta imparcialidade que nos é comum, e pelo contrário, o resultado é um livro emocionante que nos aproxima do ritmo da organização das esquerdas daqueles anos e nos apresenta uma pesquisa na qual, “a própria memória do militante/ historiador foi o eixo condutor, reconstruindo assim a memória da luta armada”. Propunha, além disso, uma reflexão sobre questões que estavam em pauta naquele momento histórico de abertura política no momento em que o livro fora publicado. (ROLLEMBERG, 2003. p. 51).

Para Rollemberg a memória sobre a luta armada reconstruída por Jacob Gorender é uma pesquisa histórica de extrema relevância. Acreditamos da mesma forma, que a

⁴*Ação Libertadora Nacional*, nome do movimento guerrilheiro comandado por Carlos Mariguella, atuante entre os anos 1968 e 1974.

⁵*Partido Comunista do Brasil*, até 1961, e *Partido Comunista Brasileiro*, desde então, quando surge, em 1962, o PC do B, Partido Comunista do Brasil, de tendência maoísta em seus primórdios. Os dois partidos reivindicam terem sido fundados em 1922.

elaboração de uma memória da ditadura construída por Frei Betto no mesmo momento de abertura política, é de grande valor documental para detectarmos a representação do que significava para este grupo religioso o ato de “militar”, atuar no campo político, bem como perceber claramente através de sua literatura, suas ideologias socialistas e religiosas embasadas em um momento de movimentos renovadores da igreja católica.

Ressaltando o que já foi brevemente exposto, o objetivo de nossa pesquisa na iniciação científica é analisar a construção da memória sobre a atuação dos dominicanos na ditadura militar do Brasil através da Literatura de Frei Betto. A nossa investigação histórica tem como fundamento buscar na Literatura de Frei Betto elementos para uma melhor compreensão da construção de representações ligadas ao cotidiano, ao que significava a militância, a tortura e a percepção do período da ditadura para este grupo. O interesse nesses freis está, sobretudo, relacionado ao fato de serem os únicos ligados a Igreja Católica a terem uma aproximação tão direta com um movimento armado, resistindo ao golpe militar e com uma destacada militância e ousadia em romper com velhos paradigmas morais cristãos.

Questionamo-nos: Como foi construída a memória sobre a participação dos dominicanos na ditadura na literatura de Frei Betto? E ainda: foi possível conciliar fé cristã com ação política revolucionária no período da ditadura? Sustentados por essas indagações é que realizaremos esta pesquisa.

Para tanto utilizaremos como fonte principal o livro *Batismo de Sangue* (1982) de Frei Betto. O livro *Batismo de Sangue* (BS) não é uma obra fictícia. Não obstante, quem a escreve participa ativamente do momento ao qual relata. Neste sentido, aspecto importante de nossa pesquisa, é o fato de que, procuraremos estabelecer uma discussão em torno das relações entre a História e a Literatura, uma vez que nossa fonte escolhida contribui de maneira ímpar para a análise da construção da memória de nosso objeto de pesquisa.

Ademais, a título de exemplo da importância histórica dos frades dominicanos na ditadura, basta destacar que estes se tornam alvo até mesmo de produções cinematográficas como o filme *Batismo de Sangue* (2007), baseado no livro homônimo de Frei Betto, sob a direção e produção do cineasta Helvécio Ratton.

O recorte temporal desta pesquisa vai da década de 1960, na qual se consolida o regime militar, sobretudo no ano de 1968 com o fechamento do mesmo através do AI-5; até a

década de 1980 onde enfocaremos a atuação, o aprisionamento dos dominicanos e a tortura a qual sofreram devido à resistência aos militares. A década de 1980 mais precisamente é a época em que BS foi publicado, além de outras obras de Frei Betto que retratam a ditadura.

O campo teórico em que nossa pesquisa encontra sustento é a História Cultural, devido à sua característica de ampliação dos campos temáticos, objetos e fontes ao historiador, dando espaço para a interseção entre História e Literatura.

Não obstante, dialogamos também com a Nova História Política apenas pelo fato de que em René Remond, na obra *Por uma História Política* (2003), fica claro que dentro das novas possibilidades de investigações do político, a atuação de grupos religiosos ganha destaque, se tornando indispensável para estudos neste mesmo campo. Nesta lógica, concentraremos nossa análise especificamente na atuação e resistência dos jovens religiosos da ordem dominicana (e universitários): Frei Betto, Frei Tito, Frei Fernando e Frei Ivo, destacados preferencialmente em BS.

Finalmente, de extrema importância em nossa pesquisa é o estudo da memória. A intenção de nossa análise será identificar o que tem sido lembrado, recordado por um grupo que se identificou com certos valores espirituais e políticos e que militaram em sua defesa. Por isso, queremos detectar através de uma escrita individual o que foi vivido por um grupo coletivo. Esta memória deve passar por uma análise crítica de forma a desconstruir e/ou reconstruir as memórias consagradas por um coletivo. Como aparato teórico para o estudo da memória, utilizaremos prioritariamente o autor Michel Pollak.

Inicialmente na pesquisa fizemos uma discussão historiográfica em relação à Literatura e História, contextualizando a ditadura civil- militar no Brasil com a atuação da igreja católica neste período, para depois introduzir ao nosso objeto: Frei Betto e sua produção literária sobre a ditadura, especificamente com a atuação dos frades dominicanos.

Logo após, realizaremos uma discussão sobre o estudo da memória. Dessa forma, traremos para o debate teórico nesta etapa, autores como Jacques Le Goff, Peter Burke e o supracitado Michel Pollack, além de um estudo mais aprofundado de clássicos que contribuíram para os estudos da literatura como fonte para a História. Evocaremos os historiadores pioneiros na História Social da Literatura do Brasil, Leonardo Affonso de M. Pereira e Sidney Chalhoub (1998), além de clássicos como Paul Ricouer, Roger Chartier e

Sandra JatahyPesavento, que lançam a discussão sobre o caráter histórico de um testemunho literário. Ademais, discorreremos sobre as memórias produzidas no período ditatorial.

Naturalmente, devemos estudar a biografia de Frei Betto uma vez que o mesmo é o nosso objeto de estudo, além de traçar um breve histórico sobre a Ordem Dominicana e sua participação na ditadura. Destarte, o mais importante é que analisaremos minuciosamente a nossa fonte principal, BS questionando sobre: Como o autor constrói a memória sobre a participação dos dominicanos e sobre o próprio período da ditadura para o Brasil de hoje? E ainda: Como uma obra literária contribui para o campo histórico?

Na etapa final da pesquisa apresentaremos outros livros de Frei Betto, como: *Diário de Fernando* (2009), *Cartas da prisão* (1971), *Das Catacumbas* (1969-1971), *O Dia de Ângelo* (1987), e o conto “*A Vida Suspeita do Subversivo Raul Paralelo*” (1979) a fim de apontar como independente dos tipos e/ou gêneros literários destas produções, o autor fala do período da ditadura no Brasil e qual a sua intencionalidade em cada obra. Buscaremos detectar as intenções do autor e como ele procura retratar o período ditatorial no Brasil.

Uma apologia à utilização de fontes literárias para a pesquisa histórica

Consideramos relevante elencar sobre o uso da literatura como fonte histórica devido à sua importância em nossa pesquisa.

A utilização das fontes literárias vem se configurando como um dos novos desafios propostos pela historiografia recente. Testemunhos históricos de caráter riquíssimo, as fontes literárias sugerem abordagens diversas sobre o passado nos oferecendo pistas detalhadas acerca de determinado período histórico independente do tipo literário. E é claro, cabe ao historiador analisar e identificar as pretensões de determinado autor sobre um período, para assim detectar também as intenções de determinados grupos sociais.

Durante muito tempo acreditou-se que apenas documentos oficiais poderiam servir de fonte para o trabalho do historiador. A consolidação da história como campo do saber científico, na segunda metade do século XIX, teve como um de seus pressupostos a crença na veracidade de suas fontes, em seu valor de prova histórica capaz de permitir ao pesquisador ter acesso ao fato passado tal como ele aconteceu.

A objetividade e o rigor metodológico pretendidos pelo pensamento positivista firmaram-se no campo do conhecimento histórico sob a forma de uma crítica documental severa, guiada por critérios de autenticidade, impedindo ao historiador qualquer grau de intervenção sobre os documentos, deixando apenas as fontes “falarem”. Conforme Fustel de Coulanges, “[...] a sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm”. (LE GOFF apud COULANGES, 1996, p.536)

É a partir de 1929, com a criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* pelos franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, que verificam-se transformações no pensamento historiográfico, decorrentes da consolidação de uma nova tradição intelectual de atuação renovadora, cujas contribuições terminaram por deslocar o eixo de preocupação dos historiadores da esfera política, dos grandes feitos e grandes nomes, para as investigações da esfera econômica e social.

Com a abertura de novos horizontes para pesquisa em história surgiu, conseqüentemente, uma ampliação do conceito tradicional de fonte histórica, reivindicando-se legitimidade a qualquer tipo de registro capaz de responder às novas questões propostas pela historiografia e pelos historiadores.

A ruptura com a concepção do *documento-verdade* levou os historiadores a se debruçarem sobre tipos variados de vestígios históricos; segundo Jacques Le Goff, a diversificação no uso de fontes históricas decorreu de uma maior problematização do conceito de documento, que ganhou historicidade. Para ele, “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. (LE GOFF, 1996, p. 545)

A História Cultural e suas novas possibilidades de abordagem: a relação Literatura e História

A chamada História Cultural ou Nova História Cultural é a abordagem histórica que dentre outros fatores se caracteriza pelas novas formas de pensar e agir e pelo seu olhar plural, que ampliou os campos de abordagem e implicou novos tipos de objetos, metodologias e fontes ao historiador.

A crise dos paradigmas explicativos da realidade, das décadas de 60 e 70 provocou mudanças epistemológicas profundas. Em relação a essas mudanças, a historiadora Sandra JatahyPesavento retrata que devemos anteriormente levar em conta o ambiente internacional, onde imperam os sintomas de mudanças dos anos 70, como a guerra do Vietnã, e a ascensão do feminismo. Estes fatores ocasionaram rupturas epistemológicas que puseram em xeque marcas conceituais dominantes na História, denunciadas por não darem conta das diversidades sociais, mudanças culturais e dos meios de comunicação de massa, em favor de novos modelos para a realidade.

O marxismo e os *Annales* serão os principais criticados, e, no entanto, é de dentro deles que ocorre o impulso da renovação e nova corrente historiográfica denominada de História Cultural, ou Nova História Cultural.

A cultura agora era um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo, em detrimento de concepções de viés marxista que a viam como integrante da relação base X estrutura e domínio das elites.(PESAVENTO, 1995, p. 9,14).

Portanto, esta abordagem histórica possibilita através de mudanças epistemológicas e ampliação dos campos temáticos, um alargamento de objetos e fontes ao historiador. Dentre estes campos temáticos destaca-se a relação Literatura e História, campo de investigação que se apresenta de forma expressiva neste âmbito, sendo a História que coloca as questões e formula as perguntas, e a literatura aparece como fonte. Neste sentido, a História Cultural abriga a análise pretendida nesta pesquisa.

Como reitera Pesavento,

A Literatura permite ao acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. (...) é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma. (PESAVENTO, 2003, p. 82-83)

Tanto a História quanto a Literatura trabalham com a reconfiguração de um tempo passado na composição narrativa. Indo de encontro à concepção de Leenhardt, “o que constitui o fundamento comum do discurso histórico e do discurso ficcional é a vontade de representar na linguagem os fatos e os acontecimentos segundo a modalidade do verossímil” (LEENHARDT e PESAVENTO, 1998, p. 42).

O caráter de contextualização dos fatos narrados, consistentes para a coerência de sentido contida no texto, está presente no campo da história e, frequentemente, no da literatura. O discurso literário também acolhe a preocupação com a verossimilhança: “a ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites de criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos pelo historiador” (PESAVENTO, 1998, p. 21.).

Assim de acordo com Leenhardt e Pesavento:

A narrativa literária não exige a “pesquisa documental”, típica da atividade do historiador e que se encontra na base de seu trabalho, mas não dispensa o conhecimento daquele conjunto de informações que lhe dará o suporte para a contextualização da narrativa. Mas a narrativa literária se permite trilhar outros caminhos, que passam pela estética, pela poesia, a sua relação com os “traços da passividade” é mais liberada (LEENHARDT e PESAVENTO, 1998, p. 11).

Não obstante, faz-se necessário ressaltar que o uso da literatura como fonte histórica não é algo restrito à História Cultural. Pelo contrário, desde o século XVIII discute-se sua importância como fonte. Porém, é no início do século XX com o advento da “corrente dos *Annales*” quando se rompe as já mencionadas concepções anteriores do documento e cria-se uma nova vertente chamada “História das Mentalidades”, é que a História adota uma nova postura mais adequada sobre o uso da literatura na categoria de fonte. O que ocorre no âmbito dessas novas discussões é um aperfeiçoamento da forma de interpretar essa fonte, e dentre essas podemos destacar a busca de “representações” contidas nos textos literários.

A história enriquece neste ambiente o seu campo de análise nesta dimensão cultural em que a narrativa literária é ilustrativa de sua época se configurando como uma fonte privilegiada ao historiador por dar acesso especial ao imaginário, permitindo a verificação de traços e pistas que outras fontes não lhe dariam.

Estamos atentos às especificidades que cada obra literária pode conter, bem como ao fato de cada obra estar historicamente situada em um determinado contexto. É de fundamental importância ao historiador que comunga com a literatura, perceber a relação entre aquilo que o texto literário diz e o “real”. Válido para esta perspectiva é o que elenca Chalhoub:

É preciso ponderar as características específicas da fonte literária. E aqui as primeiras perguntas do historiador social são: “De que literatura se está falando? Quais as suas características? Como determinado autor – ou ‘escola’ – concebe a sua arte?” esse parece ser um ponto de partida obrigatório para esclarecer o estatuto de uma obra literária como testemunho histórico; uma “determinação objetiva” de tal tipo de evidência. Ao invés de pensar, de forma essencialista ou

idealista, nas relações entre “literatura e história”, o que nos interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados. (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7-32.)

Ademais, atualmente os estudos referentes à História Cultural estão em ritmo crescente na produção historiográfica nacional. Dentre esses estudos merecem destaque os que versam justamente sobre a relação História e Literatura. Por isso, acreditamos que essa seja uma discussão no mínimo pertinente.

Para nossa pesquisa fica claro que um debate entre História e Literatura é apropriado, considerando que nos debruçaremos sobre uma fonte literária para realizá-la.

Considerações Finais

Até o momento, em nossa pesquisa- como apontado- discorreremos sobre o contexto histórico da ditadura civil-militar no Brasil, sobrea produção de memórias que versam sobre o período enfocando, especificamente na escrita de Frei Betto. Fizemos um estudo teórico sobre a literatura e sobresua importância como fonte histórica. Posteriormente estudaremos mais a fundo sobre a memória como método histórico e analisaremos cada livro específico aos quais citamos. Espera-se que no fim desta pesquisa de iniciação científica possamos contribuir nos estudos sobre este grupo religioso que atuou tão ativamente na ditadura do Brasil, bem como os estudos literários sobre memória e sua relação com a história.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 -1984)* Bauru, SP: Edusc, 2005.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: Guerrilha e Morte de Carlos Marighella*. 14ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro, Rocco, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo. Editora, UNESP, 2001.
- CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil - São Paulo: Claridade, 2011.*
- CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- COUTROT, Aline. *Religião e Política*. In REMÓND, René. **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.
- FICO, Carlos: *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Editora Record, 2004.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*. In _____ (Org.). **Versões e Ficções. O sequestro da História**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- _____. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: _____ RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois (1964- 2004)* São Paulo: Edusc, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: ática, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos- O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LENHARDT, Jacques. *A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura*. In LENHARDT, Jacques; PESAVENDO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Mendes, *História, memória e tempo presente*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Campinas: Ed. Unicampi, 1996.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e a luta armada no Brasil*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 133-166, p.160-164.